



PONTES, Barbara Maria Muniz*

<https://orcid.org/0009-0006-8040-5316>

LAPSKY, Igor**

<https://orcid.org/0000-0002-7564-0163>

RESUMO: O propósito deste artigo é apresentar possibilidades da Educação para o patrimônio no Ensino de História, por meio de práticas pedagógicas, tendo como objeto de pesquisa o Centro Histórico de Olinda/PE. Para isso, serão abordados os conceitos de Patrimônio, Educação Patrimonial e sua relação com o Ensino de História. A proposta versa sobre as potencialidades educacionais que se instauram com o estudo dos patrimônios culturais através da educação patrimonial. O artigo está estruturado em seções: na primeira procura-se dialogar brevemente sobre os fundamentos do Patrimônio e da Educação Patrimonial. Na segunda seção, discutem-se as possibilidades metodológicas desses temas nas aulas de História dos anos finais do Ensino Fundamental. Por fim, serão apresentados relatos de duas práticas didático-históricas, desenvolvidas com enfoque na aprendizagem. As atividades realizadas foram atreladas às concepções da história local, dialogando sobre os bens culturais da cidade.

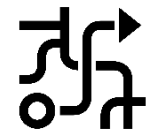
PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Educação Patrimonial; História Local.

ABSTRACT: The purpose of this article is to present the possibilities of Education for heritage in History Teaching, through pedagogical practices, having as its research object the Historic Center of Olinda/PE. To do this, we will address the concepts of Heritage, Heritage Education and its relationship with History Teaching. The proposal deals with the educational potential that arises from the study of cultural heritage through heritage education. The article is structured into sections: the first seeks to briefly discuss the foundations of Heritage and Heritage Education. In the second section, the methodological possibilities of these themes in History classes in the final years of Elementary School are discussed. Finally, reports will be presented on two didactic-historical practices, developed with a focus on learning. The activities carried out were linked to concepts of local history, discussing the city's cultural assets.

KEYWORDS: History Teaching, Heritage Education, Local History

* Professora da Rede estadual de Pernambuco e mestranda no programa de mestrado profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA). E-mail para contato: barbarammontes@gmail.com. Link para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/6662586179730895>

** Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade de Pernambuco e Professor Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA). E-mail para contato: igor.costa@upe.br. Link para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/7110057916740242>



INTRODUÇÃO

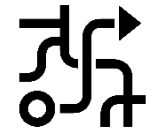
O artigo tem como objetivo problematizar as concepções em relação à educação patrimonial e suas contribuições para o ensino de História. Pretende-se, a partir da análise dos pressupostos teóricos-metodológicos, apresentar as experiências educacionais desenvolvidas na prática pedagógica e fomentar as reflexões no que se refere ao campo do patrimônio.

Sob tal perspectiva, os escritos deste texto apresentam discussões sobre o Patrimônio, a Educação Patrimonial e seu cruzamento com o ensino de História, a partir da história local. Em seguida, expõem-se duas propostas didático-históricas que foram desenvolvidas com estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental. As atividades foram realizadas com turmas da rede pública e privada, de escolas do município de Olinda, em Pernambuco. Concebidas no mesmo período, mas em escolas distintas, as produções demonstraram a aplicabilidade da junção entre o conhecimento histórico obtido no espaço escolar e os patrimônios locais.

Nesse contexto, entende-se que, partindo do entorno, utilizando diferentes fontes históricas, principalmente de espaços não formais, como o Sítio Histórico de Olinda, atrelando à produção do conhecimento histórico da história local com a educação patrimonial, criam-se perspectivas para a interpretação histórica. Por isso, esta abordagem traz o aporte da educação patrimonial, com o intuito de contribuir com outras práticas didáticas nas aulas de História. É relevante mencionar, ainda, que a proposta apresentada neste artigo busca colaborar com a atuação de profissionais do Ensino de História.

No que se refere aos espaços não formais de ensino, tais como, museus, sítios históricos e arqueológicos, percebe-se que, com o advento da abertura historiográfica no século XX, houve uma ampliação em relação ao conhecimento histórico, aos objetos de pesquisa e essas novas propostas passaram a ser introduzidas nos espaços acadêmicos. Das mudanças implementadas, destaca-se a história local: o campo historiográfico ressignificou-se e foi ampliado.

Segundo Pierre Goubert (1998), a história local pode ser entendida como um estudo de pequenos espaços, poucas aldeias, pequenas e médias cidades ou determinadas áreas geográficas. A ramificação histórica não é uma vertente nova dentro das pesquisas de História. Porém, a partir do século passado, uma enorme



variedade de estudos ganhou espaço na academia, apresentando narrativas esquecidas ou negligenciadas por historiadores e pela história oficial.

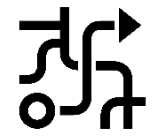
As pesquisas em relação ao local apresentam um olhar mais específico sob aspectos que não haviam sido abordados. Elas revelam uma análise mais microscópica do espaço, muitas vezes, dando voz a grupos silenciados, a personagens, patrimônios e festividades esquecidas. Logo, o panorama local contribui para uma percepção histórica do lugar, das relações sociais e culturais com os espaços históricos, dos delineamentos de vivenciar a temporalidade, dos vestígios patrimoniais, da consciência histórica e patrimonial.

CONSTRUINDO CONEXÕES: EXPLORANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

O conceito de patrimônio transcende a mera definição de bens materiais ou monumentos históricos; ele abarca a essência da nossa identidade coletiva e a riqueza das nossas tradições. O termo é multívoco, e pode ser entendido, nos dias de hoje, integrado às questões culturais, educacionais e tantas outras. Mais do que uma lembrança do passado, o patrimônio é uma fonte de inspiração, aprendizado e diálogo intercultural. De acordo com José Reginaldo Gonçalves (2005), o patrimônio foi estabelecido como algo “material” em primeira instância e, graças ao desenvolvimento dos debates da antropologia, a categoria “imaterial” passou a ser considerada, com base nas relações sociais e simbólicas existentes nas sociedades.

Em sua origem, a palavra patrimônio é latina, a língua que originou o português. Sua derivação está relacionada ao termo *pater*, não com um sentido restrito de paternidade física, mas com um sentido social mais amplo. Está ligada ao conjunto de bens pertencentes ao *pai*, sendo associado à ideia de herança e legado. Logo, o patrimônio está atrelado aos valores monetários e à riqueza. No passado, de acordo com Françoise Choay (2006), o patrimônio possuía relação com as estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade.

No século XVIII, no cenário da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, nasce na Europa, o termo “patrimônio histórico”, atrelado à formação do Estado Nacional. Flávia Caimi e Francielle Cassol afirmam que “com o advento da



industrialização e na corrente de transformações por ela geradas, tornava-se ainda mais necessária a salvaguarda do passado que, nessa época de transição e profundas mudanças, parecia esvair-se rapidamente”. (CAIMI; CASSOL, 2012, p. 80)

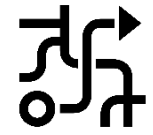
As constantes mudanças ameaçavam os símbolos históricos classificados como representações do povo. Neste cenário, a ideia de patrimônio estava ligada à construção de uma identidade coletiva, que pudesse ser partilhada pelos cidadãos como símbolo de reconhecimento dos descendentes da nação. Envolvidos nesse propósito, no qual a noção de patrimônio histórico estava incluída, originou-se a invenção de um passado unívoco e que deveria ser salvaguardado por todos e para todos.

No Brasil, a ideia de patrimônio seguiu os moldes europeus, especificamente, o modelo francês. Com a vinda da família real portuguesa, em 1808, realizaram-se ações preservacionistas, com foco nos bens portugueses e nos que representavam essa herança colonial. Dentre as ações, pode-se destacar a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, que buscou organizar e difundir a história do país, vinculada à construção de uma identidade nacional universal.

A partir da década de 1920, uma percepção mais vasta sobre patrimônio foi estimulada no Brasil. Por conta dos movimentos da Semana de Arte Moderna, em 1922, Mário de Andrade, poeta e escritor, destaque do Modernismo, foi convidado para assumir o Departamento Cultural de São Paulo, em 1935. Mário elaborou um projeto que serviu de alicerce para a construção da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937.

Os eixos do documento previam a salvaguarda de bens culturais de natureza material e imaterial, mas tal regra não foi instituída pelo SPHAN. O então diretor, Rodrigo de Melo Franco de Andrade (1937-1969), modificou o projeto original, que havia sido desenhado por Mário de Andrade. Assim, os bens culturais desse período permaneceram relacionados com o passado, fundamentado nos heróis nacionais e nos fatos da história brasileira. O patrimônio edificado foi preservado e tombado, resguardando a memória dos grupos dominantes.

A questão patrimonial envolveu, ao longo dos tempos, diferentes órgãos nacionais e internacionais, com profissionais e especialistas ligados ao patrimônio. Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, as ações defendiam a patrimonialização nacional,



com edifícios coloniais, sendo escolhidos a partir do vínculo com a história oficial. No período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), os movimentos populacionais e culturais foram censurados e a questão patrimonial não sofreu mudanças, porém, no ano de 1960, o SPHAN foi reformulado e posteriormente, passou a ser conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

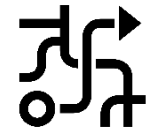
A denominação IPHAN foi utilizada em dois momentos distintos: de 1970 a 1979; e a partir de 1994. De início, o termo foi fruto das mudanças ocasionadas pelas reformas da década de 1960, com a reorganização ministerial. A partir do decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), foi criado e integrado do Ministério da Educação (MEC) e posteriormente, no mesmo decreto, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) foi transformada em instituto (IPHAN), passando a se vincular ao DAC.

O segundo momento ocorreu em 1994. a antiga SPHAN foi novamente transformada em Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC). Porém, as várias manifestações contrárias ao nome fez com que uma Medida Provisória de nº 610, de 08 de setembro de 1994, alterasse novamente a denominação. O órgão voltou a ser conhecido como IPHAN, nomenclatura que se mantém até hoje. (REZENDE et al., 2015)

Atualmente, a condução do patrimônio brasileiro está interligada com as orientações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Até 1970, a UNESCO só aconselhava o tombamento de patrimônios edificados. A partir da Conferência de Genebra, ocorrida em 1972, uma nova categoria foi instituída: Patrimônio Cultural da Humanidade. Os reflexos das discussões do IPHAN e dos encaminhamentos da UNESCO refletiram na Constituição brasileira (CF) de 1988.

A CF do Brasil apresentou mudanças significativas em todos os setores estruturantes da sociedade. Em relação a questão patrimonial, a legislação evidenciou em seu artigo 216 a contemplação à uma nova categoria, mencionando o patrimônio imaterial através da pluralidade cultural que marca o país e ganha força:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I- As formas de expressão;



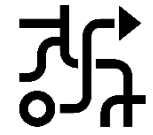
- II- Os modos de criar, fazer e viver;
- III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV- As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V- Os conjuntos urbanos de sítios e valores histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

As concepções abordadas no documento contribuíram para que novas ações e políticas públicas de preservação fossem desenhadas em todas as esferas: federal, estadual e municipal. Além disso, novos olhares alcançaram bens culturais excluídos da história. O entendimento de uma memória diversa tornou possível compreender a concepção de patrimônio atrelada à multiplicidade de culturas e identidades que formam o povo brasileiro e não apenas uma única versão nacional. (PAIM; GUIMARÃES, 2014)

Com as novas percepções, compreendeu-se que a função do patrimônio ultrapassa a preservação e a transmissão da identidade de um grupo ou comunidade: ele passa a ser também um elemento educativo, considerando as referências culturais de pessoas e gerações diferentes. Contudo, faz-se necessário criar possibilidades, de conhecer e de educar para o patrimônio.

É nesse viés que a educação patrimonial caminha. É um processo educativo que visa promover o reconhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural de uma sociedade, envolvendo a comunidade na construção de uma consciência crítica e responsável em relação ao seu legado histórico e cultural. Como defendido por Maria de Lourdes Horta, Evelina Grunberg e Adriane Monteiro (1999), a educação para o patrimônio não apenas preserva e valoriza a herança cultural, mas também estimula a inovação e a participação ativa dos indivíduos na construção e na disseminação do conhecimento patrimonial.

Por conseguinte, o uso da educação patrimonial nos espaços formais e não formais de ensino, contribui para que todos sintam-se pertencentes e preservem os bens, pois é preciso atribuir significados, mediante as experiências vividas. Nesse contexto, a metodologia da educação patrimonial, vinculada às práticas educativas promove o (re) conhecimento, o estudo e a valorização dos bens culturais.



De acordo com Horta, Grunberg e Monteiro,

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (Horta et al., 1999, p.4)

Nesse caminho da alfabetização cultural, insere-se a perspectiva local como alavanca do conhecimento histórico-patrimonial. Em vista disso, deve-se estimular um ensino com foco nos patrimônios, que, no caso deste texto em específico, faz um recorte analítico nos aspectos culturais da cidade de Olinda, buscando estimular a aprendizagem histórica dos discentes participantes das atividades propostas.

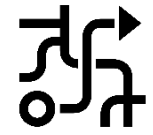
EXPLORANDO O PASSADO PARA CONSTRUIR O FUTURO: A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA

A Educação Patrimonial no Ensino de História oferece um vasto leque de possibilidades metodológicas com o fim de enriquecer a experiência educativa dos discentes. Ao incorporar o patrimônio cultural tangível e intangível em sala de aula, os educadores podem estimular a curiosidade, o senso de identidade e pertencimento dos estudantes, promovendo uma conexão mais profunda com o passado.

Os caminhos metodológicos utilizados no campo do patrimônio convergem com as abordagens utilizadas no ensino de História da Educação Básica. A área de conhecimento tem buscado, através das suas abordagens, ampliar a consciência crítica e cidadã dos estudantes. Para fomentar essa perspectiva, os estudos históricos têm buscado inserir uma aprendizagem mais significativa, que possibilite aos discentes compreender o presente, por meio do estudo do passado.

Além disso, procura-se compreender o ensino de História como um campo de investigação coerente, que potencialize o conhecimento, que sensibilize e estimule o sentido de identidade, sempre respeitando as diferenças, pautado pela tolerância. Através de novas atuações, com a realização de atividades práticas, como visitas a museus, excursões a sítios históricos, ou entrevistas com membros da comunidade local, tem-se a oportunidade de vivenciar a história de forma mais profunda.

Com base nisso, percebe-se que apenas o domínio de conceitos e fundamentos não constroem o conhecimento. No envolvimento com práticas de



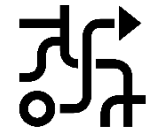
investigação e pesquisa, como protagonistas do saber, os estudantes atuam como agentes históricos e aprimoram o aprendizado. Tais propostas, que envolvem o ensino e a pesquisa, obtêm êxito na formação de discentes críticos e reflexivos, estimulando a consciência cidadã.

As mudanças introduzidas na História como campo de estudo alteraram seus métodos de pesquisa ao longo dos séculos XX e XXI. As transformações realizadas nos espaços acadêmicos decorrentes da ampliação da oferta do ensino superior a partir da segunda metade do século XX, inseriram novos objetos e fontes no processo investigativo. Outros tipos de documentos, além dos impressos, foram utilizados nas referências e a historiografia voltou-se para histórias do cotidiano. Nesse contexto, a História Social, que se dedica ao estudo das experiências e práticas comuns das pessoas, passou a compreender não apenas os grandes eventos e figuras históricas, mas também os aspectos mais ordinários da vida.

Os historiadores passaram a se dedicar aos novos objetivos de pesquisa e introduziram no seu trabalho o uso de outras fontes históricas. Assim, os artefatos, saberes e fazeres dos seres humanos foram incorporados aos estudos históricos e novas interpretações de processos históricos foram escritas e/ou reescritas. De acordo com Pedro Funari e Sandra Pelegrini (2009), essa cultura material serve como base para o ensino das disciplinas ligadas ao mundo social.

As concepções do campo investigativo desses historiadores ultrapassaram os muros das universidades e alcançaram a educação básica. Os professores de História passaram a introduzir nos seus planejamentos, conteúdos que promovem o engajamento e o protagonismo dos estudantes. Para estimular o conhecimento histórico nas salas de aula, a perspectiva local e a questão patrimonial servem como aliados dentro desse processo.

No universo escolar, a educação patrimonial é a ferramenta metodológica capaz de unir o patrimônio cultural ao ensino de História, com foco na aprendizagem histórica. Ela é um instrumento técnico que permite a elaboração de esquemas voltados para uma educação transformadora, visando à autonomia e tendo como característica, a heterogeneidade e o diálogo dentro do ensino. O uso de conceitos e habilidades desenvolvidas pela Educação Patrimonial leva o estudante à aquisição de



novas habilidades e conceitos que promovem o seu desenvolvimento integral (HORTA, 2004).

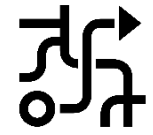
A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido podemos falar na “necessidade do passado”, para compreendermos melhor o “presente” e projetarmos o “futuro”. (HORTA, 2004, p. 03).

A concepção transformadora de educação patrimonial reconhece que a vivência nos espaços arquitetônicos, sociais e de memórias, pensando na diversidade e as suas relações com outros elementos, contribui para a construção de saberes e promove os elementos identitários. Ela visa formar pessoas capazes de reconhecer sua própria história, deixando de ser um mero espectador para tornar-se protagonista, apreciando os saberes e desenvolvendo uma consciência cidadã em relação aos patrimônios culturais, sejam eles tombados/registrados ou não.

Os estudos sobre a educação para o patrimônio possibilitam o entendimento de que os bens culturais são parte constituinte de um povo, um grupo, uma comunidade. Eles não precisam ser universais e venerados como um símbolo nacional, mas ser salvaguardados por aqueles que consentem com a relevância desses bens para a localidade, valorizando as narrativas que articulam o local, o regional e o global.

TECENDO MEMÓRIAS: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SUAS VIVÊNCIAS NA SALA DE AULA

As atividades apresentadas introduziram no ensino de História metodologias para se trabalhar a educação patrimonial a partir da história local. De acordo com Bittencourt (2021) trabalhar o local oferece um olhar mais específico sobre aspectos que não haviam sido abordados, aproximando o estudo à realidade dos estudantes, dos cidadãos, promovendo uma compreensão crítica e reflexiva sobre os sujeitos sociais. A perspectiva busca uma análise mais específica do lugar ou comunidade. Nesse sentido, pode-se demonstrar a potencialidade ao revelar os aspectos que até



então não haviam sido observados e/ou, através de uma nova ótica, com novas interpretações sobre o espaço.

De acordo com SILVA (1999), a história local é de grande importância para a história nacional, pois os historiadores locais são os responsáveis por desenvolver materiais de análise e dar fundamento à “grande história”.

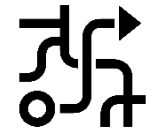
O uso da modalidade intensificou-se e foi inserido nos currículos escolares brasileiros a partir da CF (1988), que propôs uma nova matriz curricular para as escolas. O artigo 210 determina que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”. (BRASIL, 2018, p. 152). A referência do documento confirma uma abertura de possibilidades e a inserção da história local nas propostas escolares.

Ademais, o sistema educacional brasileiro está pautado em documentos normativos e norteadores do processo de ensino, dentre eles, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), prevista na Lei de Diretrizes e Bases- LDB (1996), instituída a partir de 2017. De acordo com a Lei 9.394/96, uma “parte diversificada” estaria atrelada à Base. O documento orienta em relação às habilidades, competências e aprendizagens que devem ser vivenciadas pelos estudantes, ao longo da Educação Básica.

Em relação às Ciências Humanas, a BNCC defende:

Que exista clareza na definição de um conjunto de objetos de conhecimento que favoreçam o desenvolvimento de habilidades e que aprimorem a capacidade de os alunos pensarem diferentes culturas e sociedades, em seus tempos históricos, territórios e paisagens (compreendendo melhor o Brasil, sua diversidade regional e territorial). E também que os levem a refletir sobre sua inserção singular e responsável na história da sua família, comunidade, nação e mundo (BNCC, 2017, p. 4)

A estrutura e a disposição organizacional da BNCC demonstram a possibilidade de se elaborar um currículo plural, pois, de acordo com o Ministério da Educação, os sistemas de ensino devem acrescentar, à parte comum, a parte diversificada, sendo esta, construída de maneira coletiva, respeitando a realidade dos estabelecimentos de ensino (BNCC, 2017). Apesar das previsões legais presentes na Constituição Federal, na Base Nacional Comum Curricular e na Lei de Diretrizes e Bases, Pereira e Souza (2016) mencionam, em seus escritos, que os conteúdos curriculares não



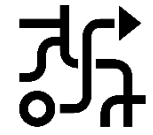
incorporaram a história local como um conhecimento importante para a formação dos discentes, necessitando, assim, repensar as propostas e incorporar diretrizes diversificadas dentro do processo educacional.

O amparo legal, presente nos documentos norteadores, não garante que os aspectos regionais e locais sejam vivenciados nas aulas de História. Há uma limitação na abordagem decorrente do reduzido número de aulas para o extenso volume de conteúdos propostos pelos currículos. Além disso, os livros e os materiais didáticos do segmento reproduzem uma “única versão” da narrativa histórica nacional, excluindo o regional e o local das abordagens pedagógicas em sala de aula.

Todavia, deve-se compreender que o ensino de História precisa ser considerado como um aparato essencial para o fortalecimento da identidade e do sentimento de pertencimento. Além do mais, o estudo do local desenvolve aprendizagens coletivas e alavanca o interesse pela história universal, nacional e regional. Ele é uma delimitação técnica, um recorte que traz uma possibilidade para o ensino e a pesquisa e busca transformar o estudante no sujeito histórico de seu processo.

De acordo com Paulo Miceli (2021), não se deve negligenciar as experiências de vida dos discentes: elas podem ser mais bem aproveitadas a partir dos conhecimentos e da sensibilidade que conformam a consciência do professor de História. Logo, as “brechas” promovidas nas salas de aulas, utilizando o repertório e as vivências dos estudantes, contribuem para que o processo de ensino e aprendizagem tenha sentido e seja experienciado em sua completude.

Isto posto, expõe-se que as propostas a serem apresentadas neste artigo exteriorizam as práticas realizadas nas aulas de História, com base na “subespecialidade” da História Local, em consonância com os aspectos teóricos e metodológicos da Educação Patrimonial. A oficina desenvolvida na rede pública oportunizou aos estudantes uma interação maior entre o local e os patrimônios culturais da cidade de Olinda. A didática realizada e as discussões propostas favoreceram a construção de um conhecimento histórico, ampliando a abordagem temática no Ensino Fundamental. Ademais, buscou-se construir uma proposta prática e significativa, com foco na educação para o patrimônio, visando estimular a consciência cidadã.



O planejamento proposto, esquematizou atividades para seis semanas, com ações para doze aulas. As atribuições ocorreram entre os meses de setembro e outubro de 2022, nas aulas da disciplina História, utilizando a educação patrimonial como fundamento das ações. Na primeira semana, os colaboradores participaram de um círculo de cultura e trabalharam conceitos iniciais. A exibição de vídeos e a construção de mapas mentais auxiliou na aprendizagem dos conceitos de patrimônio: sua origem e tipos; ajudou a compreender as diferenças entre o tombamento e o registro dos bens culturais; e no conhecimento sobre a educação patrimonial.

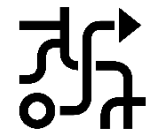
A segunda parte da oficina foi estruturada com a participação dos estudantes. Em pequenos grupos e com o uso da internet, os participantes pesquisaram e buscaram conhecer os patrimônios culturais de Olinda, suas origens e histórias. As informações obtidas foram registradas e utilizadas na produção dos materiais didáticos desenvolvidos na escola.

Na última semana, os pesquisadores foram desafiados a construir um jogo com as informações e imagens colhidas na etapa anterior. Utilizou-se como guia o Manual de Atividades Práticas de Educação patrimonial, de autoria da Evelina Grunberg (2007); o Guia Básico de Educação Patrimonial, desenvolvido por Maria de Lourdes Parreiras Horta (1999), com textos escritos pelas educadoras Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro; e o Jogo do Patrimônio 2.0, produzido pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE).

O primeiro material, o Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial, produzido e publicado pelo IPHAN,

Tem como objetivo apresentar atividades que possam ser desenvolvidas com crianças, jovens e adultos que frequentam ou não o ensino formal, para provocar neles uma atitude favorável para com os bens culturais que fazem parte do nosso Patrimônio Cultural Brasileiro. Busca desenvolver a percepção e o espírito crítico, através de uma metodologia específica de trabalho, propiciando experiências e contato direto com as manifestações culturais, sejam bens materiais como edifícios, praças, mercados, jardins, fotografias, documentos, esculturas, quadros, instrumentos de trabalho, etc. ou bens imateriais como músicas, danças, festas religiosas, ou populares, comidas, rituais, hábitos e costumes, formas de fazer, saberes e dizeres populares etc. (GRUNBERG, 2007)

O percurso trilhado ao longo das aulas, fundamentou-se nas proposições expostas no Manual, que propõe atividades que possam provocar atitudes positivas em relação aos bens culturais da cidade de Olinda. Já o Guia Básico de Educação



Patrimonial, serviu como arcabouço para os vários conceitos utilizados na oficina. Ele especifica as concepções, os princípios metodológicos e experiências baseados na Educação Patrimonial. O Guia fundamenta a ideia de que o conhecimento, a apropriação e a valorização de diferentes culturas, em diferentes lugares e épocas, são necessários para desenvolver uma consciência crítica. (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999)

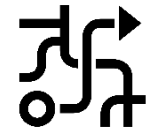
O Jogo do Patrimônio, publicado em 2017, norteou a construção do material elaborado pelos discentes. O conteúdo do jogo foi produzido pela FUNDARPE, com a missão de oferecer uma ferramenta lúdica para o trabalho pedagógico, que despertasse a criatividade, a curiosidade, a colaboratividade, a autonomia e a criticidade no processo educacional patrimonial.

A consulta e a utilização dos instrumentos consolidaram a elaboração criativa dos estudantes. Para a confecção do jogo, eles selecionaram os bens culturais e regras que seriam incorporados ao projeto. A atividade culminou na produção de um jogo de trilha, composto por “pinos humanos” e informações acerca dos patrimônios culturais da cidade de Olinda. No desafio criado, foram contemplados os bens de natureza material, imaterial e vivo¹. Todas as peças e orientações foram executadas pelos discentes e, posteriormente, utilizadas na prática pedagógica realizada em sala.

As ações propostas despertaram o protagonismo, a partir da autonomia para a preparação do jogo. Além disso, novas aprendizagens foram delineadas fomentando o entendimento sobre os bens culturais da cidade que os estudantes vivem. Eles tornaram-se pesquisadores e investigadores da sua própria história e se conectaram ao tema abordado nas aulas. O conhecimento adquirido ao longo da oficina proporcionou aos participantes o reconhecimento enquanto sujeito histórico.

A experiência proporcionou aos discentes e pesquisadores refletirem positivamente sobre o uso da educação para o patrimônio no ambiente escolar. Ao

¹ De acordo a Lei nº 12.196, de 2 de maio de 2002, é considerado Patrimônio Vivo, a pessoa natural ou grupo de pessoas naturais, dotado ou não de personalidade jurídica, que detenha os conhecimentos ou as técnicas necessárias para a produção e para a preservação de aspectos da cultura tradicional ou popular de uma comunidade estabelecida no Estado de Pernambuco. Para mais ver <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=12196&complemento=0&ano=2002&tipo=&url=>



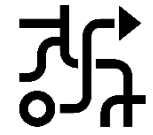
conhecer aspectos da sua realidade, do presente e a sua conexão com o passado, mostrando a relevância dos patrimônios e da sua preservação, a “alfabetização” patrimonial tornou-se efetiva dentro das vivências pedagógicas.

Outrossim, ao levar a produção da Educação Básica para a academia e, compartilhar com outros docentes, amplia-se o debate e as experiências que utilizam o aporte teórico e metodológico da Educação Patrimonial nas instituições escolares. A percepção de que a integração eficaz com o Ensino de História oferece uma compreensão intensa e expressiva, incentiva o respeito pelo patrimônio cultural e ajuda no desenvolvimento de habilidades críticas, como a análise, a pesquisa e o pensamento crítico.

A segunda experiência foi desenvolvida com educandos de uma escola privada, nas turmas do sétimo ano do Ensino Fundamental. O projeto foi realizado nas aulas de História e contou com a parceria das disciplinas de Geografia e Ciências. As atividades tiveram início no segundo semestre de 2022, a partir do mês de agosto, e foram concluídas em novembro do ano corrente. Ao longo dos meses, foram preparados seminários, com o objetivo de apresentar conceitos e orientações básicas acerca do trabalho. As práticas tiveram 2 meses de duração e os resultados foram expostos num evento cultural da própria instituição de ensino.

O ponto de partida para inserir o estudo patrimonial explorou os próprios conteúdos do currículo escolar, em consonância com a Base Comum Curricular (BNCC) e as competências específicas da disciplina². Desse modo, seguindo o cronograma do componente, abordando o processo de colonização portuguesa na América, no século XVI, inseriu-se a proposta inicial do trabalho: vivenciar o local nas aulas de História e reconhecer a importância da educação patrimonial nos espaços escolares.

² As habilidades são: **(EF07HI05)** Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno na Europa e na América; **(EF07HI10)** Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial; **(EF07HI11)** Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos. **EF07HI12)** Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática). Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/> Acesso em: 15 set. 2023.



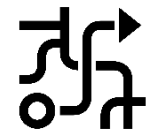
Ao analisar a formação histórica de Pernambuco e a colonização iniciada na cidade de Olinda, pôde-se inserir o universo dos discentes, ou seja, aquilo que lhes é familiar, nas aulas de História. Partindo de aspectos do presente, os estudantes passaram a aprender sobre o passado, reconhecendo a história da cidade, bem como os patrimônios culturais reconhecidos e os invisibilizados nas “versões oficiais” da história do município³. A parte diversificada citada nos documentos norteadores da educação subsidiaram a proposta do projeto.

A operação pedagógica foi esquadrihada em etapas, sendo a primeira delas, a separação dos discentes e dos temas. Fizeram parte das pesquisas, as seguintes temáticas: *Pastoril Estrela de Belém, do Amaro Branco; Palácio de Iemanjá, no Alto da Sé; O Coco de Roda no Amaro Branco; Patrimônios Vivos de Olinda- Mestra Ana Lúcia e Beth de Oxum; o Sítio dos Manguinhos; Farol de Olinda; Escola de Samba do Preto Velho; Escola de Samba Oriente; o Sítio Histórico da cidade de Olinda; As Tapioqueiras do Alto da Sé; Bonecos Gigantes de Olinda.*

A partir disso, os participantes foram divididos em equipes e cada grupo ficou responsável pelo estudo de um patrimônio local. Ao longo do projeto, os estudantes realizaram pesquisas e apresentaram para a sua turma o material acessado; produziram um banner com imagens e informações acerca do tema e confeccionaram um jogo, com o objetivo de utilizar a ludicidade no processo de aprendizagem.

A segunda etapa consistiu na orientação pedagógica. Os estudantes receberam suporte para realização das pesquisas, com foco no embasamento teórico. Além disso, o “Manual de Aplicação” de Educação Patrimonial e as fichas do Inventário, do Programa Mais Educação, provido pelo IPHAN, serviram como aporte metodológico norteador do trabalho. As áreas de ensino de Ciências e Geografia, assim como os respectivos professores, auxiliaram os pesquisadores na busca de informações complementares, proporcionando uma integração entre os campos de saber.

³ De acordo com o site oficial da Prefeitura da Cidade, a origem do local está atrelada à colonização portuguesa, quando Duarte Coelho tomou posse da Capitania e deu início ao povoamento. Disponível em: <https://www.olinda.pe.gov.br/a-cidade/historia/> Acesso em: 02 de out 2023.



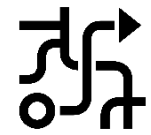
Para fomentar o conhecimento, como terceira etapa do processo, os discentes puderam realizar uma visita guiada pelo Sítio Histórico da cidade, (re) conhecendo espaços de memória e os patrimônios culturais do lugar. A experiência trouxe um novo olhar sobre o local, afinal, ao caminhar pelas ladeiras e observar os casarios históricos da cidade, conhecer espaços, visualizar paisagens e patrimônios, com o faro investigativo, contribui-se para a produção de novas narrativas e conhecimentos acerca da História de Olinda.

Acompanhados pelos docentes, os educandos puderam vivenciar uma experiência interdisciplinar e conhecer mais sobre a sua cidade. Nesse viés, os conceitos e pesquisas realizados anteriormente, foram confrontados na visita e a aprendizagem concretizou-se, a partir da observação, da investigação e da participação ativa no processo educativo.

O projeto demonstrou que, a partir do contato direto com as evidências e manifestações culturais, em seus diversos sentidos, significados e aspectos, o trabalho com a educação patrimonial promoveu um processo ativo de conhecimento. A apropriação e valorização da própria herança, auxilia na formação de indivíduos conscientes para usufruir desses bens, proporcionando a criação de novos saberes, num processo dinâmico e vivo de produção cultural.

Com as referências catalogadas, as memórias construídas e as experiências vividas, os participantes seguiram para mais uma etapa: o quinto passo do projeto consistiu em realizar apresentações nas salas de aula. Cada equipe exibiu os resultados e aprendizagens adquiridas ao longo dos estudos. Os banners confeccionados pelos grupos foram expostos nas apresentações e mostraram um recorte pontual dos fundamentos teóricos pesquisados, bem como as fotografias escolhidas para ilustrar as práxis vivenciadas.

Na etapa final, realizou-se a fabricação dos jogos educativos sobre os seus respectivos temas, a fim de desenvolver dinâmicas pedagógicas interativas. De modo geral, as equipes criaram jogos de tabuleiro, de cartas, jogos da memória, dominó e “cara a cara” - adaptados à temática. As regras de cada atividade lúdica foram estipuladas pelos participantes. O acervo elaborado por eles, tais como os banners e



jogos foram divulgados na exposição cultural da escola⁴. A mostra exibida foi intitulada Ensino de História e História Local: uma fronteira para a aprendizagem⁵.

A dinâmica demonstrou que o ensino de História e a educação patrimonial formam uma parceria valiosa e enriquecedora na experiência educacional. Os campos desempenham um papel vital na formação de cidadãos conscientes de sua herança cultural e capazes de contribuir para a preservação e a compreensão dos bens culturais. Portanto, é essencial que as escolas e os educadores reconheçam a necessidade dessa conexão e integrem práticas educacionais, de maneira eficaz, em seus currículos. Dessa forma, investe-se no fortalecimento da identidade cultural e histórica de nossas comunidades e no desenvolvimento de cidadãos informados e engajados.

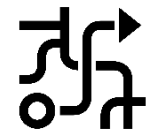
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente proposta buscou promover o reconhecimento dos estudantes enquanto sujeitos históricos, que possuem história, e que a temática da sua comunidade pode ser abordada e trabalhada em sala de aula. A proposição e a execução deste artigo, que apresentou as relações entre o Ensino de História e a Educação Patrimonial, consolidaram propostas de ensino significativas para os discentes, capazes de estimular múltiplas reflexões sobre o presente e a sua ligação com o passado.

Sabe-se que o patrimônio cultural promove uma abertura para o desenvolvimento da cidadania, assim, deve-se reconhecer que a sua preservação é uma prática social que engloba novos bens, valores e processos culturais à experiência dos envolvidos. De acordo com Funari e Pelegrini (2013), as pessoas só passam a respeitar e valorizar o patrimônio após entenderem o valor que ele tem para

⁴ A escola na qual o projeto foi desenvolvido é o Colégio Dom, uma instituição particular, que existe desde 2010 e oferta turmas da Educação Básica. A direção da escola autorizou a execução da atividade nas salas de aula, através da carta de anuência trocada pela UPE e a instituição de ensino, e a publicação dos resultados para fins educacionais. Além disso, todas as informações desta pesquisa serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação.

⁵ Anualmente, a instituição promove um evento cultural, intitulado ARTEDOM. Nesse evento, as estações culturais exibem as produções dos discentes realizadas ao longo do ano letivo.



outro alguém. Por isso, a educação para o patrimônio na Educação Básica é uma ferramenta elementar para a salvaguarda dos bens culturais.

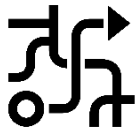
As atividades buscaram utilizar o Sítio Histórico da Cidade de Olinda um espaço repleto de fontes e significados distintos, dinâmico e plural, que pode ser reinterpretado, de acordo com as experiências sociais. A partir do Sítio, reconhecido como Patrimônio da Humanidade desde 1982, outros patrimônios do município foram explorados. Novos olhares, narrativas e interpretações foram incentivadas através dos bens culturais apresentados ao longo do projeto.

As oficinas proporcionaram experiências enriquecedoras e revelaram tanto semelhanças quanto diferenças significativas. Ambas enfatizaram a importância de preservar e valorizar o patrimônio cultural, promovendo uma conexão mais profunda entre as pessoas e seu legado histórico. No entanto, a primeira foi mais curta e as vivências limitaram-se ao espaço escolar, enquanto a segunda adotou uma abordagem mais prática, incentivando a participação ativa dos estudantes. Essa diversidade de métodos ressalta a versatilidade da educação patrimonial e a necessidade de abordagens multifacetadas para garantir a preservação efetiva de nossa herança cultural.

Ao propor uma análise sobre as possibilidades educativas entre o Ensino de História e a Educação Patrimonial no município em questão, percebe-se uma ausência de conhecimento sobre a história do município e sobre os patrimônios culturais que ele possui. Apenas uma pequena parcela de estudantes possui um repertório, atrelado às “narrativas oficiais”⁶, que remetem à fundação colonial e aos seus casarios portugueses. Além disso, as outras heranças que faziam parte desse cenário colonial, como os povos indígenas, os pretos e as mulheres sofreram um apagamento em relação ao conhecimento histórico da “versão” colonial propagada.

A partir disso, problematizam-se as possibilidades de ensinar e aprender a história do local, conhecendo outras narrativas e memórias. De acordo com Aryana Costa (2019), o uso da história local no ensino de História pode ser considerado tanto a partir do seu próprio valor quanto como um ponto de partida para atividades que

⁶ As produções sobre a cidade de Olinda são vastas porque o centro histórico é um Patrimônio da Humanidade desde 1982, pela UNESCO. A versão colonial, de influência europeia, é a que prevalece nas publicações, sendo esta, a “versão” mais conhecida.



desenvolvem outras competências e contribuem na construção do conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 55. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

_____. IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos*. Brasília, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf
Acesso em: 10 jan 2024.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/96*. Brasília: MEC, 1997.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#Fundamental> Acesso em : 20 jan de 2022.

CASSOL, Francielle Moreira; CAIMI, Flávia Eloisa. Detetives na aula de História: Simulação de práticas arqueológicas para conhecer o passado. In: PAIM, Elison Antônio; GUIMARÃES, Maria de Fátima. *História, Memória e Patrimônio*. Jundiaí: Paço Editorial, 2012.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. 6. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

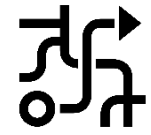
COSTA, Aryana. História Local. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C.A. *Patrimônio histórico e cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. O que é patrimônio cultural imaterial. Brasiliense, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15 – 36, 2005.

GOUBERT, P. *História local*. In: *Revista Arrabalde*- Por uma História Democrática. Rio de Janeiro, n. 1, maio/ ago.,1998.



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (PERNAMBUCO). FUNDARPE. *Jogo do Patrimônio 2.0: Gerência de Preservação Cultural- FUNDARPE*. Recife: Fundarpe, 2017.

GRUNBERG, E. *Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, 2007.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Artístico Nacional. *Programa Monumenta: Rotas do Patrimônio*. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

HORTA, M. de L. Lições das coisas: o enigma e o desafio da Educação Patrimonial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.31, 2004.

MICELI, Paulo. Por outras histórias do Brasil. In: PINSKY, Jaime. *O ensino de História e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 2021.

OLINDA, Prefeitura Municipal de Secretaria de Educação, Esporte e Juventude. *Organizador Curricular do Sistema Municipal de Ensino de Olinda.2022*.

PAIM, Elison Antônio; GUIMARÃES, Maria de Fátima. História, Cultura e Patrimônios Regionais: Construindo e registrando saberes e práticas. In: GIL, Carmem Zeli de Vargas; TRINDADE, Rhuam Targino Zaleski. *Patrimônio Cultural e Ensino de História*. 1. ed. Porto Alegre: Edelbra, 2014.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; SOUSA, Jorge Luis Umbelino de. PARTE DIVERSIFICADA DOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: que política é essa?. *ESPAÇO DO CURRÍCULO*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 448-458, 8 dez. 2016.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. In: _____. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbeta). ISBN 978-85-7334-279-6.

SILVA, Francisco Ribeiro da. *História Local: Objectivos, métodos e fontes*. Porto, 1999.

Recebido em 20/09/2023

Aprovado em 17/11/2023